



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

A RURAL E O URBANO EM SEROPÉDICA - RJ: ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA COESÃO  
TERRITORIAL E RELAÇÕES DE PODER ENTRE UNIVERSIDADE E CIDADE

**Tanusa Oliveira Bandeira** (Universidade Federal Rural do Rio de Jan) - tanusaband@gmail.com  
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) da UFRRJ;  
Arquiteta e Urbanista, Universidade Estácio de Sá, Integrante do Grupo de pesquisa GEDUR/UFRRJ; MBA em  
Gerenciamento de Projetos pela Universidade*

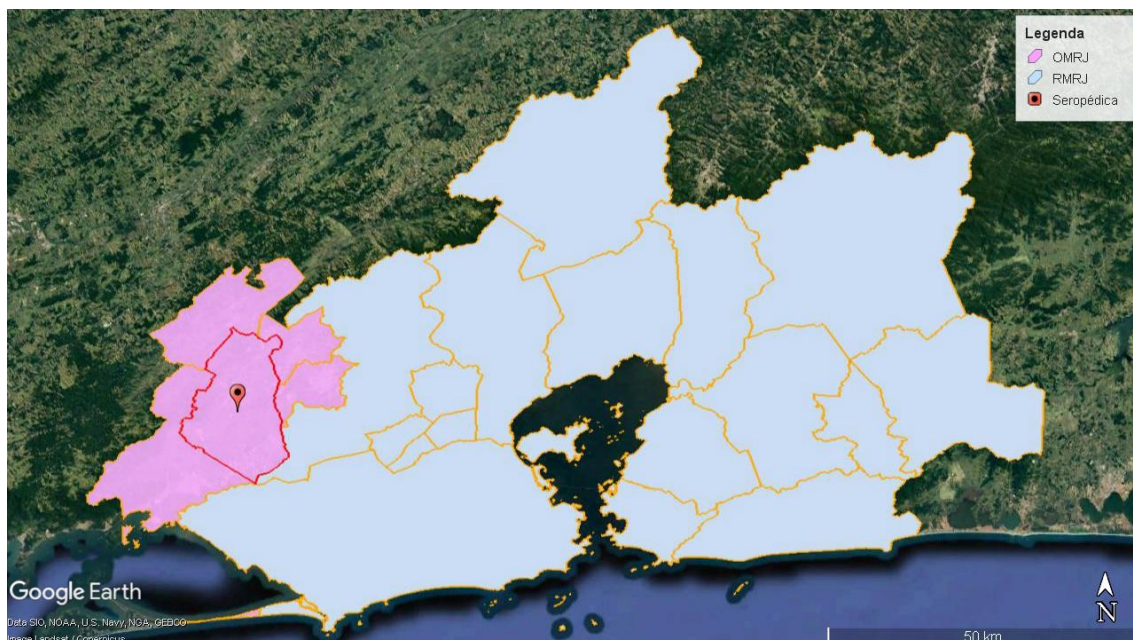
**Denise de Alcantara** (Universidade Federal Rural do Rio de Jan) - dalcantara@ufrj.br  
*Professora Associada, Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da UFRRJ. Bolsista FAPERJ Jovem Cientista de Nosso Estado (2018),  
Doutora e Mestre em Arquitetura pelo PROARQ-*

## A Rural e o urbano em Seropédica - RJ: análise exploratória da coesão territorial e relações de poder entre universidade e cidade

### INTRODUÇÃO

Os modelos de ensino superior têm sido discutidos e questionados seja por divergências político-ideológicas ou até mesmo por acontecimentos extraordinários, como, por exemplo, a pandemia causada pelo vírus Covid-19 que assolou o mundo em 2020 e permanece até o presente momento abalando a sociedade. Nesse contexto, uma universidade pública de tamanha importância e representatividade como a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) deve se esforçar para reavaliar e fortalecer seu papel na sociedade através de políticas que busquem o consenso no tripé ensino, pesquisa e extensão, princípio previsto na Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988, Art. 207).

Com sede situada no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro (Fig. 1), no município de Seropédica, o campus principal da UFRRJ é considerado um dos maiores da América Latina. Possui importância arquitetônica e histórica, marcada por edifícios e bens tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Além disso, é marcante a sua relação com o entorno imediato no município, cujo território foi e permanece sendo impactado por transformações sócio-espaciais decorrentes da presença da universidade, dentre outros fatores que influenciaram a urbanização municipal.

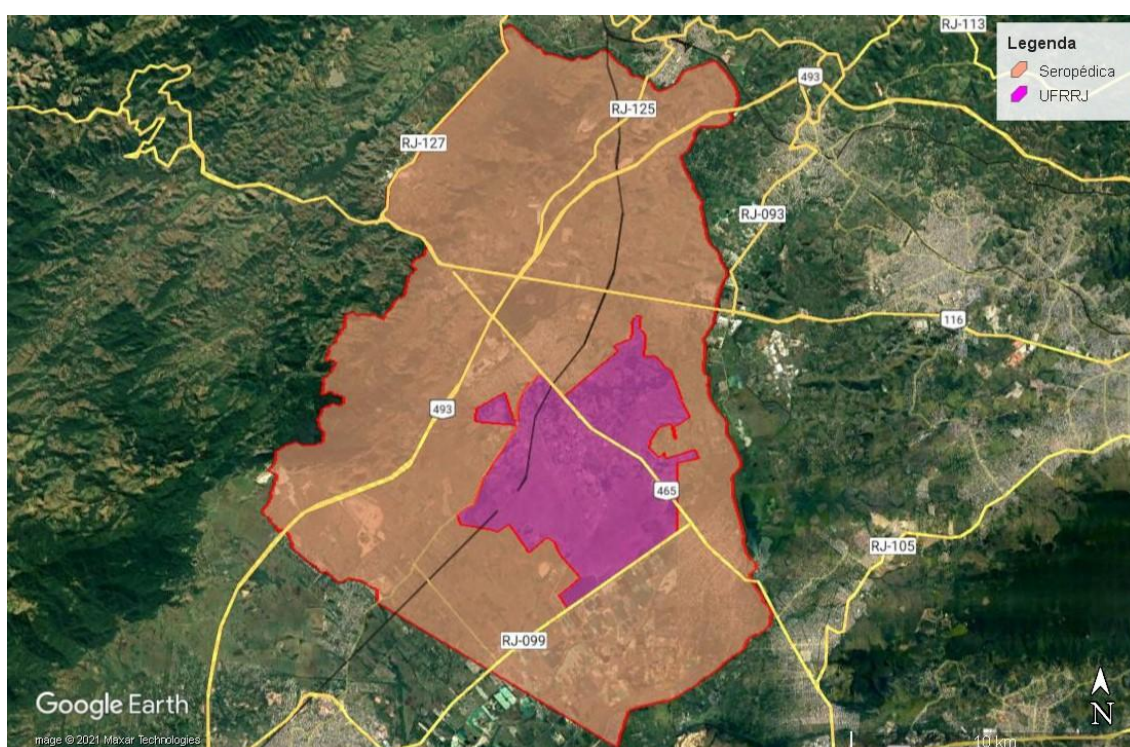


**Figura 1:** Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com destaque para o Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro e para o município de Seropédica.

Fonte: Edição própria sobre base CEPERJ-2018 no Google Earth Pro (2021).

O presente artigo traz os avanços de pesquisa de mestrado em desenvolvimento, que aborda a inserção da universidade, cuja história se alia ao rural, na realidade urbana de Seropédica, a partir da análise das imagens territoriais (RAFFESTIN, 1993) e das relações de poder (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995, 2020) que produzem o espaço urbano. Este trabalho insere-se em pesquisa maior no âmbito de rede de pesquisa em desenvolvimento territorial.

Objetiva-se analisar o contexto urbano do campus Seropédica da UFRRJ, conhecida como 'Rural'<sup>1</sup>, e aqui assim designada, e o município que abriga o campus, a partir das imagens territoriais dos seus diferentes atores e agentes. Busca-se explorar tais relações, no tocante ao seu desenvolvimento urbano e às transformações frente aos vários eventos e mudanças no papel da Rural nesse contexto.



**Figura 2:** Limites do município de Seropédica e da UFRRJ com base em registros no Incra.  
Fonte: Edição própria sobre base do Google Earth (2020).

A presente análise complementa a investigação do objeto de pesquisa em progresso que traz a abordagem sócio-espacial, lançando um olhar sobre questões políticas, econômicas, culturais e ambientais do município que impactam os usos, as apropriações e a produção do espaço. Observa-se como elas se manifestam no desenho e planejamento urbano para que, no desdobramento da pesquisa, seja alcançado o propósito de compreender o entrelaçamento entre os territórios, acrescentando aos resultados as

<sup>1</sup> A simplificação da longa designação por extenso da UFRRJ como Rural é eleita aqui como principal, em substituição a sigla, em função do cunho cognitivo e qualitativo da pesquisa, que buscará entender as relações e vínculos dos “ruralinos” com a universidade e a cidade.

percepções dos atores envolvidos nas tramas territoriais, por meio de representações designadas imagens territoriais (RAFFESTIN, 1993). As imagens territoriais são as formas como os espaços são representados por diferentes atores refletindo os objetivos e a imagem daquele sujeito sobre o espaço.

Nesta lógica, existem diversas imagens para cada território. Em nosso estudo, entende-se que as pessoas estabelecem relações particulares com os espaços, o que resulta em representações distintas. A maneira como a cidade é produzida e representada revela as estruturas de poder atuantes (RAFFESTIN, 1993), sendo este o principal eixo norteador na aplicação do conceito de território.

O artigo divide-se em quatro seções. Na primeira, apresentam-se as referências teóricas que tratam do tema território universitário tanto nos aspectos de integração urbana e interação social (BUFFA e PINTO, 2016; ANDRADE e PAVESI, 2012), quanto no desenvolvimento regional impactado pela presença das universidades (CASQUEIRO, et al., 2020; CHIARELLO, 2015; GOEBEL e MIURA, 2000). Em complemento ao aporte teórico, adota-se a utilização do termo espaço, como espaço social e não reduzido em si, e sua relação com a cidade, o espaço urbano (LEFEBVRE, 2006). Nesta correlação, trazemos considerações sobre desenvolvimento sócio-espacial (SOUZA, 2020; SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009) contemplando brevemente a multidimensionalidade do termo desenvolvimento e trazendo parâmetros que demarcam o encadeamento entre as dimensões sócio-espaciais.

A seção seguinte contém os aspectos metodológicos do estudo situando-o na escala espaço-temporal – Oeste Metropolitano como recorte macro e séculos XX e atualidade – e explicita o percurso da coleta das informações utilizadas. Na terceira parte do texto, ao passo que se revela as circunstâncias da inserção da Rural no município de Seropédica e se contextualizam os territórios, realiza-se a análise da relação sócio-espacial no âmbito da influência da universidade sobre o município e, ao mesmo tempo, do seu isolamento perante o mesmo.

As considerações finais apresentam um resumo dos resultados encontrados até o momento e projeta os desdobramentos da pesquisa que tem a pretensão de enriquecer propostas de planejamento dos espaços no campus ampliando os horizontes dos benefícios para além da comunidade universitária, bem como fortalecer ideias de integração entre a instituição e o município seropedicense, em defesa de espaços urbanos de qualidade, justos e equitativos, que sejam pensados a partir do reconhecimento dos conceitos de território e territorialidade.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Território universitário**

De acordo com Raffestin (1993), o território, entendido como o espaço habitado, é pensado, construído, modificado por diversos sujeitos que nas dimensões espaço-tempo deixam suas marcas. As territorialidades são sinais da apropriação pelo homem e suas relações que se revelam no espaço. O

homem usa, ocupa e se apropria do espaço, manifestando as suas intenções, seus anseios, necessidades, desejos, medos, bem como explicitando as relações de domínio e poder. Essas relações se apresentam e se representam através de signos, como as imagens territoriais, que podem ser percebidos, interpretados e utilizados na implementação de ações que colaboram para o desenvolvimento do território.

Diversos autores consideram o território em sua dimensão política que, conforme Souza (2020, p.88), “determina o perfil do conceito”. Em consonância ao exposto na Introdução, defendemos que o poder atuante estabelece as regras sobre o espaço. Entretanto, a territorialidade acrescenta as relações sociais, econômicas e culturais que envolvem a construção dos territórios, refletindo a multidimensionalidade característica da vivência da sociedade (RAFFESTIN, 1993).

A territorialidade é entendida como o resultado do processo de produção dos territórios (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009), ou seria o conjunto das relações desenvolvidas pelo ator no território (RAFFESTIN, 2003) e a qualidade atribuída a este pelo uso e apropriação dos indivíduos. Logo, a territorialidade está embutida na relação homem-ambiente e, portanto, merece atenção nos estudos relacionados ao espaço, levando sempre em consideração a dimensão do tempo. Não menos importante, as diferentes relações entre os atores estão inseridas nesta noção.

Nesse sentido, o território universitário abarca as questões postas acima em um sentido amplo e direcionado ao nosso interesse de investigação. Tem-se aqui como objeto de pesquisa um campus universitário, cujo modelo institucional é voltado para o desenvolvimento da humanidade e das cidades. Como bem resumiram Andrade e Pavesi (2012, p. 187), “no interior das cidades, a universidade delimitou seu território particular, transformou o uso de edifícios pré-existentes, construiu edifícios especializados, conferiu identidade às zonas ou bairros da cidade”.

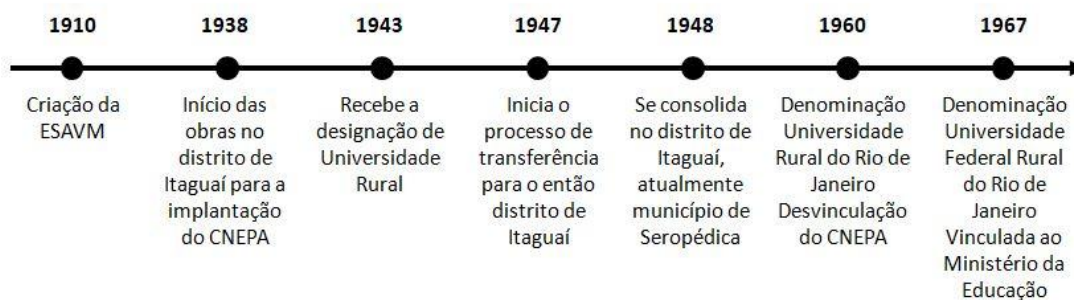
Faz-se relevante assim, um breve resgate da história das universidades que se inicia na era medieval, no século XII, com o crescimento das cidades (BUFFA e PINTO, 2016). Nesse processo, o conhecimento deixa de se concentrar nos mosteiros para se aproximar das cidades, ainda que até meados do século XIII estivesse ligada ao poder religioso (RODRIGUES, 1997). A partir dos séculos XIV e XV, as universidades estão condicionadas aos principados (RODRIGUES, 1997) e nota-se uma mudança de status na atividade de ensino refletida nos edifícios, antes realizadas em espaços improvisados ou adaptados. Desde então, passam a ser construídos conjuntos edilícios para este fim e com estilo arquitetônico sofisticado (BUFFA e PINTO, 2016). Nota-se que, desde seus primórdios, a universidade assume uma importante função na vida medieval (RODRIGUES, 1997) e conseqüentemente, na configuração urbana.

No contexto apresentado, universidade e cidade tinham uma relação de integração e as universidades não representavam um território à parte, tendo seus limites definidos pelas construções urbanas. O ensino superior leigo no Brasil inicia seguindo este padrão e permanece até o início do Século XX, escolas superiores isoladas que não constituíam conjuntos universitários, sediadas no centro urbano. Os primeiros cursos foram criados com a vinda da

família real portuguesa, no século XIX. Cursos superiores voltados para os interesses militares, de defesa e obras, saúde e aplicação das leis (BUFFA e PINTO, 2016; OLIVEIRA, A., 2005). A primeira instituição oficial de ensino superior no Brasil foi a Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ), em 1920, com a união das faculdades de direito, medicina e a escola politécnica (engenharia). Foram anos de discussões sobre como deveria ser a tipologia arquitetônica adotada para aquela que deveria ser um modelo de universidade no país e sobre o local em que ela seria instalada. Em 1945, com nova denominação, a Universidade do Brasil tem sua localização definida, configurando uma cidade universitária isolada da malha urbana em uma ilha formada pela união de diversas ilhotas na zona norte do então Distrito Federal.

A expressão cidade universitária era utilizada pelos envolvidos no processo de elaboração e construção da Universidade do Brasil e representava o ideal de modernização do país durante a Era Vargas (1930-1945). O modelo de origem europeia se baseia nos princípios de cidade jardim que “reuniria todas as dependências necessárias ao desenvolvimento dos estudos superiores” (BUFFA e PINTO, 2016, p. 827). Mais tarde, nas décadas de 1950-1960, os modelos universitários brasileiros adotam como exemplo o campus universitário, formato originado nos Estados Unidos, no século XVII (ANDRADE e PAVESI, 2012). Buffa e Pinto (2016) destacam que a ideia de campus universitário ampliava o sentido do modelo anterior estimulada pela construção da universidade como um local de pesquisa. Portanto, permitiria a ampliação de laboratórios e equipamentos de convivência, bem como espaços livres compostos por jardins e passeios.

Concomitantemente, o ensino superior agrícola, fazia parte da ideia de progresso que culminou na caracterização da agricultura voltada para a economia. Retornando ao início do século XX, em 1910, o Decreto nº 8.319, definiu o marco legal do ensino superior agrícola estatal-federal composto pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAVM). O modelo pretendia atender a política econômica da Primeira República como alternativa à crise da agricultura cafeeira no país. A Escola foi sediada em diferentes locais no Rio de Janeiro entre 1910 e o final da década de 1930. Quando em 1938, após transformações político-pedagógicas, a escola passa a integrar o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) que seria instalado no distrito de Itaguaí. O processo de transferência durou de 1938 a 1947. Somente em 1943, recebeu a designação Universidade Rural.



**Figura 3:** Linha do tempo da ESAVM à UFRRJ.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Relatório de Gestão da UFRRJ 2020 (2021).

O campus foi construído com elementos que caracterizam um ambiente “rural”, que abrange desde o estilo arquitetônico neocolonial ao projeto urbanístico-paisagístico. Embora o estilo adotado divirja dos edifícios modernos em elaboração para a atual UFRJ, que viria a ser modelo para outras instituições no país, a noção de autonomia e independência da cidade é encontrada nos dois formatos.



**Figura 4:** Imagem aérea do campus Seropédica da UFRJ com o pavilhão central em destaque. Fonte: página eletrônica da UFRJ. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/procuradoria/inicio/conheca-a-pfufrrj/>. Acesso em: Set. 2020

Na concepção original, o princípio norteador do campus era da autossuficiência e o afastamento do urbano, considerando suas diretrizes educacionais voltadas ao rural. Havia uma base ideológica que sustentava esta tipologia visando o isolamento imune ao caos urbano. Segundo Buffa e Pinto (2016, p. 816) “O Campus deveria ser, como de fato foi, uma pequena cidade: possuir equipamentos, serviços e todas as facilidades que uma cidade pode oferecer”. Outro aspecto originado no estilo norte-americano e conhecido no modelo brasileiro é a adoção de áreas “com muito verde, um rio ou um lago, uma espacialidade rural” (TURNER, 1984 apud BUFFA e PINTO, 2016, p. 815), elementos presentes no campus de Seropédica.

Na contemporaneidade, faz-se presente a percepção de que o campus universitário não é parte isolada da cidade. Ao contrário, ele faz parte da malha urbana e da vida urbana, constituindo parcela viva e integrada. A universidade é uma instituição social comprometida com o interesse público, fato que se fortaleceu com a política de expansão universitária no Brasil iniciada em 1998 (CASQUEIRO et al., 2020).

Fazendo uma breve digressão, exemplificamos o exposto acima em relação ao campo da educação no país, cujas políticas públicas mudam conforme o governo vigente, causando impactos nas universidades e em suas infraestruturas. Como exemplo prático, citamos o programa de governo que implantou a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007. O fenômeno de crescimento acelerado provocado pelo REUNI

abarcou as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) sugerindo modificações impactantes não somente para o território universitário, mas também para os adjacentes. Com a implantação do REUNI o número de cursos de graduação na UFRRJ saltou de trinta, até 2007, para cinquenta e dois cursos divididos nos quatro campi, a sede onde se encontra a Reitoria, em Seropédica, o Instituto Multidisciplinar, em Nova Iguaçu, o Instituto Três Rios, no município homônimo, e o campus avançado de pesquisa em Campos dos Goytacazes. De fato, tanto o IM, quanto o ITR, foram criados a partir do REUNI (MIGUEL, 2018).

Ainda que a universidade pública seja voltada para a promoção das atividades fundadas nos pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, um campus universitário é um espaço de uso público e coletivo proporcionado por estes três pilares e por sua acessibilidade e inserção da malha urbana (GUERRA, 2014). No entanto, nem sempre a integração entre campus e cidade é parte da dinâmica urbana.

Essa é, precisamente, a maior crítica que os estudiosos dirigem ao modelo de campus universitário: a segregação (BUFFA e PINTO, 2016). Segregação externa e interna, física e social. O campus segrega e é segregado; está distante e separado da cidade, porém, em geral, dela é dependente no que se refere aos serviços urbanos. Tais considerações permitem inferir que para a apreensão do território universitário por parte de todos os sujeitos envolvidos, incluindo a sociedade, para além dos limites do campus, é necessária a construção social do espaço.

Maciel (2012, p. 250) afirma que “Pensar o Território Universitário em todas as suas dimensões implica a construção de conceitos e valores comuns que possam ser compartilhados por toda a comunidade universitária e entre ela e a cidade”. Essa relação concretiza-se na contribuição da instituição universitária ao desenvolvimento regional através do aumento da circulação de capital por meio da renda de professores e técnicos, dos investimentos em obras, despesas de alunos vindos de outras cidades, modificação da infraestrutura local pela demanda de habitações, e elevação do capital humano da população que impacta no processo produtivo (CASQUEIRO et al., 2020).

Ainda com relação aos impactos no desenvolvimento regional, causados pelas universidades, Chiarello (2015, pp. 242-243) afirma que “o cumprimento das funções da universidade se dá pelas relações que esta estabelece com seu entorno, atendendo às demandas da sociedade”. Goebel e Miura (2000) complementam afirmando que as universidades dinamizam as economias locais e regionais, principalmente no seu entorno, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento das cidades. Portanto, encontram-se na literatura estudos que constata as transformações econômicas e sociais geradas, e os conceitos que envolvem tais fenômenos, abordados a seguir.

### **Desenvolvimento sócio-espacial e coesão territorial**

Antes de discutir o nexos social e espacial e trazer reflexões no âmbito do desenvolvimento, resgata-se o termo desenvolvimento, por si só carregado de complexidades.

O conceito já passou por diversas interpretações ao longo do tempo as quais Santos (2012) condensa em três perspectivas: desenvolvimento voltado



ao crescimento econômico, à satisfação das necessidades básicas e à sustentabilidade socioambiental. A evolução dos tempos reconfigura o termo que deixa de ser associado exclusivamente ao acúmulo de capital, para um conceito que agrega diversas outras dimensões. Considerando a sua multidimensionalidade, Souza (2020, p. 264) sugere uma definição introdutória de desenvolvimento, resumindo como “transformação social para melhor, propiciador de melhor qualidade de vida e maior justiça social”.

Para Saquet e Briskievicz (2009, p. 15), “dependendo do caráter do projeto de desenvolvimento, haverá preservação ou não de traços identitários e simbólicos de cada território”. Os autores entendem desenvolvimento territorial como um processo histórico de luta por melhores condições de vida em espaços marcados pela identidade. Tal processo engloba elementos culturais, econômicos, políticos e ambientais. Defendem que a multidimensionalidade contribui para ações participativas em projetos de desenvolvimento.

Quanto à relação entre o desenvolvimento e o espaço que sustenta o presente estudo, Souza (2020) esclarece:

[...] a mudança da sociedade concreta rumo a uma maior justiça social, portanto, não admite ser entendida e tampouco e muito menos conquistada como uma mudança meramente das relações sociais; há de se concebê-la pressupondo também, simultaneamente, uma mudança do espaço social. Ela terá de ser, pois, uma mudança sócio-espacial (Souza, 2020, p. 236).

Tendo em vista que a diferenciação sócio-espacial é marca das cidades, desde os primórdios da urbanização, a escala geográfica da vida política, econômica e social, antes limitada a pequenas extensões territoriais, assume nova postura na atualidade. As práticas políticas, influenciadas por interesses econômicos em grandes escalas, exigem que a análise dos territórios seja ampliada a fim de compreender as relações que as revelam e as sustentam:

Toda a compreensão requer a articulação entre as escalas, ou seja, a avaliação dos modos, intensidades e arranjos, segundo os quais os movimentos se realizam e as dinâmicas e os processos se desenvolvem, combinando interesses e administrando conflitos que não se restringem a uma parcela do espaço, mesmo quando os sujeitos sociais, que têm menor poder aquisitivo, parecem atados a territórios relativamente restritos (Sposito, 2020, p. 130).

O espaço enquanto morfologia social (LEFEBVRE, 2006), na qualidade de objeto transformado ou em transformação, deve ser interpretado mediante suas singularidades e contradições e através das ações dos grupos sociais. Assim sendo, o espaço social exige o diálogo interdisciplinar entre diferentes ciências a fim de interpretá-lo, sobretudo com relação ao modo como o enfrentamos. O ambiente urbano relaciona as dimensões física, social e cultural (FERRARA, 1999).

Dentre os modos de enfrentar as questões ligadas ao território, os agentes se utilizam da interpretação e compreensão das transformações sociais para criar mecanismos de intervenção. Ferrara (1999) alerta que algumas proposições generalistas estão mais ligadas a construções intelectuais e científicas que procuram controlar as transformações. Estas podem possuir caráter abstrato, distanciado da concreta necessidade social do

território e, desconectados das desigualdades sociais e vulnerabilidades presentes, direcionam para a tendência à ordem. Sobre tal aspecto, Veiga (2002) estabelece uma diferenciação entre ordenamento e desenvolvimento territorial. Ordenamento relaciona-se a imposições orientadas por políticas que visam investimentos públicos e regulamentações estatutárias, enquanto que desenvolvimento, termo de uso mais recente, marca uma virada na maneira de planejar os espaços através de uma concepção ascendente e inclusiva.

Para evitar as generalizações, Ferrara (1999) sugere utilizar a razão como meio de compreender e explicar as transformações do espaço construído e habitado. O campus universitário é considerado empreendimento de grande porte que gera impactos significativos ao seu entorno através das interferências provocadas desde a estrutura urbana, as centralidades, os fluxos de mobilidade, a setorização de atividades, as configurações de paisagem e referenciais espaciais, entre outros (MOTTA et al., 2018). Ao analisar o campus universitário da Rural sob a ótica de um agente transformador, procura-se entender as percepções decorrentes dessas transformações, fomentando assim, para além dos projetos de extensão que têm sido desenvolvidos pela universidade, a noção de que os espaços do território universitário também contribuem para o desenvolvimento sócio-espacial da região circundante.

## **METODOLOGIA**

O artigo apresenta resultados parciais da investigação, abrangendo a revisão bibliográfica sobre os temas relacionados a território e território universitário, transitando-se também nas discussões acerca do rural e urbano. Dados históricos, socioeconômicos e sócio-espaciais auxiliam e complementam a compreensão e a leitura dos territórios em análise e a região de abrangência. Como já mencionado, a análise de uma porção territorial não se encerra em seus limites, tampouco nas questões puramente espaciais.

Assim, realizamos análise nas escalas macro e meso através de pesquisa bibliográfica e documental relativa à evolução de ocupação do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro e do município de Seropédica. Buscou-se extrair das fontes de pesquisa as transformações sócio-espaciais ocorridas na região a partir de 1938, ano em que se iniciam as obras para implantação do campus e os principais eventos e marcos temporais que a impactaram (ALCANTARA, 2020; ALCANTARA, 2016; ALCANTARA e SCHUELER, 2015; OLIVEIRA, 2020; SILVA. M, 2020; GOES, 1942, entre outros). Os dados estatísticos são coletados em fontes oficiais: IBGE, PNUD, portal da prefeitura municipal, Plano Diretor Municipal e fontes da internet.

A respeito da universidade, utilizamos dados institucionais e históricos que resgatam tanto aspectos políticos: estrutura, regimento e estatuto, quanto os aspectos físicos: dados sobre a construção, tipologia arquitetônica e espaços livres (UFRRJ, 2018; 2021). Por meio das fontes citadas e ainda com o auxílio de ferramentas de geotecnologia como GoogleEarth e ArcGis, promovendo uma interação dinâmica entre dados, teoria e observação, examina-se a ocupação, desde os primeiros assentamentos a partir da inserção da Universidade, até a atualidade, com a expansão urbana do município de Seropédica, a partir do REUNI e dos grandes projetos de desenvolvimento que impactaram a região, tais como o Arco Metropolitano, a

construção do estaleiro de submarinos nucleares, a expansão do Porto de Itaguaí e a implantação de plantas industriais, logísticas e retroportuárias (OLIVEIRA et al., 2012; TÂNGARI et al., 2012 e 2013). Observamos as transformações e crescimento da malha urbana e aumento populacional, que somados aos fatores políticos, sociais e econômicos possibilitam estabelecer algumas inferências sobre a relação territorial com a Rural.

## **CONTEXTUALIZANDO A RURAL E O URBANO**

O município que abriga o campus sede da Rural, em Seropédica, até o ano de 1995 era um distrito do município de Itaguaí. A região origina-se da Fazenda Nacional de Santa Cruz que, de posse dos jesuítas no século XVIII, era destinada a atividades rurais como pecuária e produção agrícola, fornecendo, até o final do século XIX, produtos para a metrópole fluminense, como cereais, café, farinha, açúcar e aguardente. Após um período de decadência devido à expulsão dos jesuítas em 1759 e à abolição da escravidão em 1888, deixando as terras em condições insalubres (GÓES, 1942), a inauguração da antiga Estrada Rio-São Paulo (atual BR-465) em 1928, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, marca um incipiente processo de desenvolvimento na região.

Durante a Era Vargas (1930-1945), a precária situação se reverteu. Investimentos em dragagem e drenagem dos rios sanearam as baixadas fluminense e de Sepetiba, com o intuito de promover a agricultura (FAGUNDES, 2017). Os feitos do governo Vargas rumo ao desenvolvimento rural se enraizaram no então distrito de Itaguaí, caracterizando-se como processos de territorialização, ou seja, de dominação e apropriação do espaço.

Nas margens da antiga Estrada Rio-São Paulo (atual BR-465), sob a égide do Estado com o intuito de estimular a educação agrícola, foi construído o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), cuja construção durou de 1938 a 1947: “Na bacia do Itaguaí, ergue-se a nova Escola Nacional de Agronomia, obra monumental, onde o ensino será ministrado segundo bases racionais para o desenvolvimento de nossas riquezas” (GÓES, 1942, p.357).

Em 1948, a Universidade Rural, designação após a reestruturação do CNEPA, foi transferida do Rio de Janeiro para Seropédica. O período coincide com a aceleração dos investimentos a favor da industrialização e com a efetiva participação do governo federal no ensino superior agrícola (CAPDEVILLE, 1991). Nesse contexto, em 1951, inaugura-se uma nova rodovia, a Presidente Dutra, ou Via Dutra, trecho da BR-116 que liga São Paulo e o Rio de Janeiro.



**Figura 5:** Pavilhão Central em construção na década de 1940.

Fonte: Acervo da UFRRJ. Disponível em:

<https://www.facebook.com/universidadefederalrural/photos/a.609083399127077/2278420332193367/>. Acesso em: Out. 2021

Entre as décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento rural estava fortemente associado ao agrícola, então estimulado pelas inovações tecnológicas promotoras da modernização, visando à produtividade (FAVARETO, 2014). A partir da segunda metade dos anos 1950, o estímulo à industrialização ganha força e se materializa “um padrão civilizatório dominante, revolucionando o modo de vida e os comportamentos sociais, a possibilidade do desenvolvimento alimentou esperanças e estimulou iniciativas diversas em todas as sociedades” (NAVARRO, 2001, p.83). Desde então, seguiram-se décadas de transformações na estrutura econômica que têm como consequência o reordenamento territorial da região que reflete nos processos produtivos e nas relações sociais (ROCHA e OLIVEIRA, 2012).

Apesar dos progressos adquiridos na busca pelo desenvolvimento, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) passa por impactos causados pela urbanização e industrialização nas últimas décadas, que afetam severamente os municípios periféricos. A expansão urbana é estimulada por processos especulativos sobre a terra, gerando a consequente periferização pela falta de investimentos em infraestrutura e regularização fundiária, que não acompanham o rápido crescimento (SILVA *et al.*, 2020).

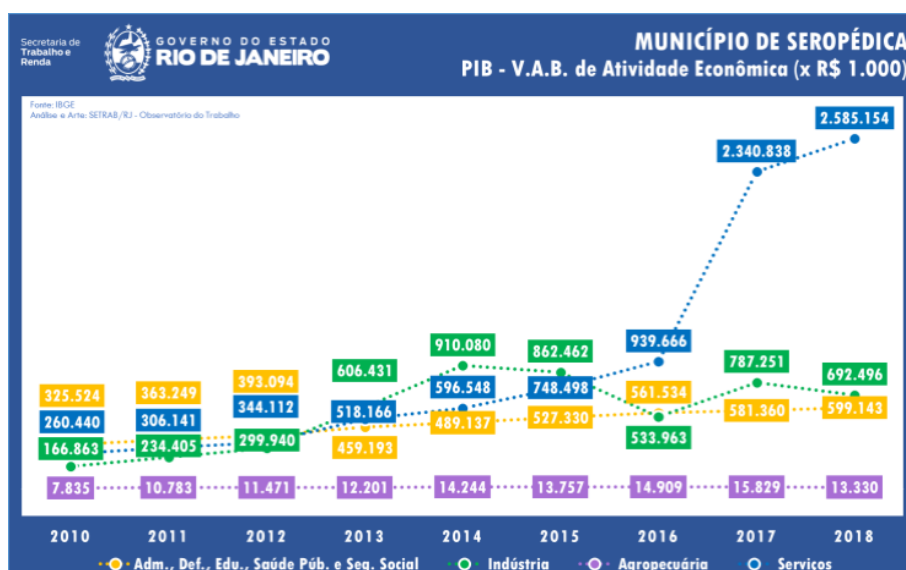
Nesse contexto, Seropédica é um dos municípios que compõem o Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro (OMRJ), proposta de sub-regionalização da RMRJ com o propósito de analisar de forma mais específica essa porção territorial que apresenta coerência interna entre os municípios e suas partes (SILVA, M., 2020). Como defende Vainer (2002), as escalas não são absolutas nem neutras, são produzidas em processos heterogêneos. Sendo assim, elencam-se os municípios integrantes da região do OMRJ: Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Queimados e Japeri, configuração considerada nas investigações do grupo de pesquisa ao qual este estudo se vincula, além de partes da zona

oeste do Rio de Janeiro e parcela de Nova Iguaçu, acrescidas à sub-região por outros grupos de estudo por apresentarem características singulares em relação aos demais (SILVA, M., 2020; OLIVEIRA e ROCHA, 2014).

A localização estratégica deste conjunto de municípios para o crescimento econômico da RMRJ tem atraído empreendimentos industriais e logísticos resultando em modificações urbanas que “desarraigam a cidade de seus habitantes e suavizam as densidades socioculturais locais” (OLIVEIRA, 2016). Entretanto, os impactos gerados não ocorrem de forma homogênea entre os municípios. Embora a visão global no âmbito econômico ignore as particularidades locais, estudos têm demonstrado a importância de se estudar as especificidades intrarregionais.

Este cenário se exacerba no OMRJ pela proximidade com o Porto de Itaguaí, localização tácita para a implantação do polo industrial e logístico que estimula o desenvolvimento econômico do Estado, a despeito dos impactos ambientais decorrentes (OLIVEIRA, 2020). De uma maneira geral, o oeste metropolitano caracteriza-se por aspectos peculiares proporcionados pelos traços de ruralidades resilientes (SILVA *et al.*, 2020). Tais características, ao serem identificadas e apresentadas na análise do território de Seropédica, potencializam suas territorialidades e visam atenuar a padronização do espaço urbano de maneira a eclodir a pluralidade das relações sociais (CAVALLAZZI e FAUTH, 2014).

A urbana Seropédica tem atualmente como atividades econômicas predominantes o comércio e os serviços, que sofreram um salto quantitativo nos anos de 2017 e 2018, como pode ser notado no gráfico a seguir (Fig. 6). Pode-se supor que o crescimento do setor de serviços esteja ligado às atividades de logística que fazem parte do conjunto de investimentos estimulados pelas ações governamentais com vistas ao Polo Industrial e Logístico. A extração de areia é outro segmento de destaque no cenário econômico do município cujos danos socioambientais se perpetuam.

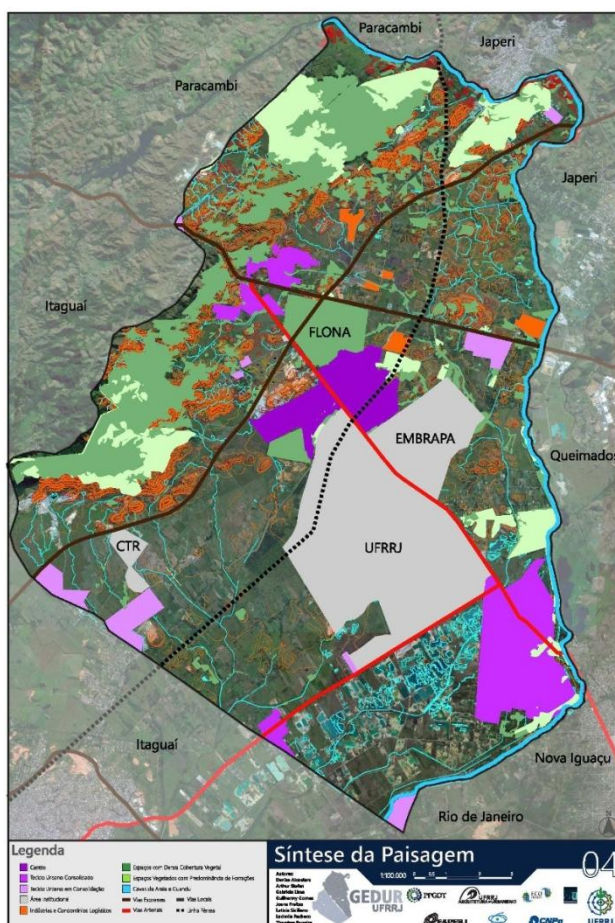


**Figura 6:** PIB – Valor Adicionado Bruto (2010-2018) x R\$1.000 por atividade econômica de Seropédica. Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2021.

Com uma população estimada de 83.841 habitantes em 2021, Seropédica ocupa a 31ª posição em termos populacionais no Estado do Rio de Janeiro e é o 4º município no OMRJ. Em relação ao censo de 2010 (78.186 habitantes), houve um aumento de 7,2% acompanhando o crescimento populacional da capital fluminense. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o município teve um crescimento expressivo de 378,33% em oito anos saindo de R\$10.754,58, em 2010, para R\$51.442,50, em 2018 (IBGE, 2021).

Contudo, a distribuição das riquezas nesse processo de desenvolvimento, voltado predominantemente para o viés econômico, não garante qualidade de vida aos munícipes. Isto se dá pela hierarquia de poderes inserida nesse contexto que adere decisões de origem exógena (VILLELA et al, 2012).

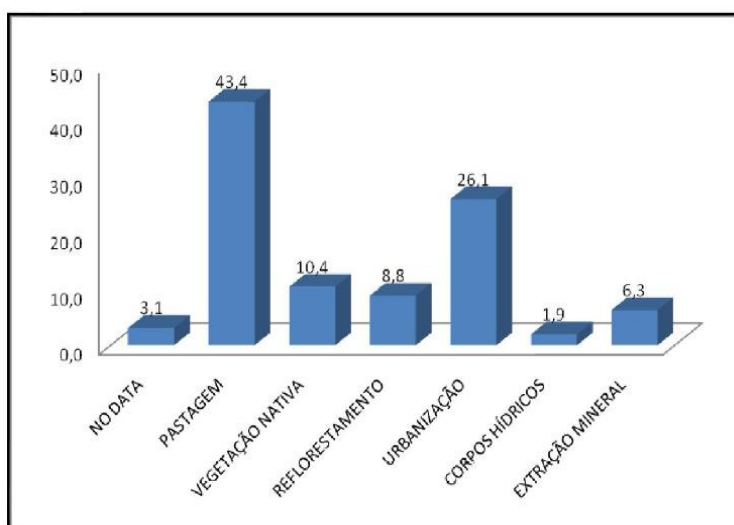
Dentro da lógica que aqui se defende, na qual as questões sociais estão atreladas e são indissociáveis das espaciais, o panorama municipal prossegue com a inclusão de dados que buscam essa associação. Sua densidade demográfica é considerada baixa, estimada em 316,15 habitantes por km² (IBGE, 2021), se comparada aos municípios do OMRJ, no qual apenas Paracambi apresenta menor densidade demográfica.



**Figura 7:** Mapa de síntese da paisagem. Destaque para os dois núcleos urbanos (em tons de roxo). Fonte: Acervo GEDUR

Apesar ocupação rarefeita, Seropédica possuía em 2010, 82,22% da sua população concentrada em situação domiciliar urbana (IBGE, 2021). Para além dos aglomerados urbanos consolidados e em consolidação, o território municipal é composto por espaços livres ora cobertos por forrações, em sua maioria, ora por vegetação densa (ALCANTARA, 2016). Esta última, embora não seja tão representativa em termos quantitativos, possui como ícone a Flona Mário Xavier<sup>2</sup>, que abriga espécies da Mata Atlântica e exóticas. A floresta representa um importante fragmento de mata nativa, proporcionando serviços ambientais como redução da poluição do ar, regulação do clima, manutenção da biodiversidade, entre outros.

Do total da área territorial seropedicente, 265,19 km<sup>2</sup> (IBGE, 2020), as áreas de pastagem ocupam 42,4% e as de urbanização, fragmentadas e descontínuas, 26,1%, sendo esses os maiores usos do solo verificados por mapeamentos georreferenciados (COSTA et al., 2013) (Fig. 4). Quanto aos espaços livres de edificações, ou seja, espaços que não configuram uma construção ou cobertura edificada (MAGNOLI, 2006), a taxa em relação aos espaços construídos é de mais de 85% do território, dos quais a maior parte apresenta características rurais com risco de ocupação desordenada pela pressão da expansão metropolitana, como especulação imobiliária e expansão logística e industrial.



**Figura 8:** Porcentagem de usos do solo em Seropédica. Fonte: Costa et al. (2013).

O território municipal apresenta-se fragmentado, tanto pelas rodovias federais - Via Dutra (BR-116), Antiga Rio-São Paulo (BR-465) e, mais recentemente, o Arco Metropolitano (BR-493) -, quanto pela ferrovia logística de escoamento mineral. A antiga rodovia Rio-São Paulo, BR-465, eixo articulador da urbanização municipal, concentra grande parte do comércio e

<sup>2</sup> A Floresta Nacional Mário Xavier, originalmente Horto Florestal de Santa Cruz (1945), foi batizada em 1986 com o nome atual sendo transformada em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, com o objetivo de conservar a biodiversidade. Hoje a Flona é a única Floresta Nacional existente no estado do Rio de Janeiro.

serviços locais, interligando os dois centros urbanos, designados Km 49 e Km 40, fazendo referência às posições em relação à estrada.

O vasto campus da Rural, além das instituições federais e estaduais EMBRAPA, PESAGRO e EMATER, também representam fatores fragmentadores do território de Seropédica. A Rural, com seus 32 quilômetros quadrados de extensão (GONÇALVES, 2012), impõe-se na paisagem ocupando 12% do território seropedicense, segregando os dois principais núcleos urbanos e sem estabelecer integração com a malha urbana (ALCANTARA, 2016). Inferimos que a expansão dos dois centros iniciou-se a contar da implantação da Rural no território seropedicense, a partir dos anos 1950. A Tabela 1 abaixo indica o crescimento populacional progressivo desde a década de 1940.

**Tabela 1** – População do município de Seropédica, nos anos entre 1940 e 2015.

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2015
População	2.408	8.268	16.087	26.602	18.817	52.368	65.260	78.186	82.892

Fonte: IETS, 2016

A instalação das instituições de pesquisa e da universidade no território, outrora marcado pelo caráter rural e produção agropecuária, deu início às transformações sócio-espaciais. Docentes, pesquisadores, funcionários e alunos passaram a circular, ocupar e habitar os espaços urbanos e periurbanos, estimulando o comércio, a prestação de serviços e a economia local.

Nesta relação observa-se uma questão contraditória. Ao mesmo tempo em que a Rural impacta a dinâmica socioeconômica local, o modelo de implantação não propicia a integração da universidade com a cidade. Para além da fragmentação espacial entre as áreas urbanizadas, posteriormente à implantação da Rural, pesquisas já indicavam a histórica desconexão e segregação entre a Rural e Seropédica e a dificuldade de integração entre os diversos grupos sociais que ali habitam, especialmente os moradores da cidade e os alunos da instituição (ARAÚJO, 2011; ALCANTARA, 2014, 2016, 2020).





**Figura 9:** Imagem aérea de Seropédica com o campus da Rural à direita. Fonte: seropedicaonline. Disponível em: <https://www.seropedicaonline.com/seropedica/conheca-seropedica-pelo-alto-por-fotos-de-drone/>. Acesso em: Jun 2021.

Concebida como um campus autossuficiente para atendimento à elite ruralista, a instalação da Rural e sua ampliação ao longo dos anos fomentou a atração de atividades de comércio, serviços e alojamento para atendimento à comunidade acadêmica em crescente demanda. Enquanto o entorno se adensava e expandia ao longo da rodovia e de modo desordenado e autoconstruído, a universidade se manteve a ele alienada, como uma ilha de conhecimento, intelectualidade e pesquisa, por sua monumentalidade e alcance nacional e global, em contraste com o lugar rudimentar, pobre, carente e informal que se forjava naquele tecido urbano em consolidação.

Nesse ínterim, mudanças importantes ocorreram no perfil das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A Reforma Universitária no Brasil de 1968 marcou a modernização do ensino superior incentivada para combater o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias (FAVERO, 2006). Em 1970, a UFRRJ aprova seu estatuto que enfatiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O REUNI e a consolidação do sistema de cotas<sup>3</sup>, nos anos 2007 e 2012, respectivamente, ampliaram e diversificaram o perfil da comunidade acadêmica.

Com essas políticas públicas, a universidade começou a se abrir a grupos sociais para os quais era antes inacessível, aumentando o número de discentes e docentes. A Instituição cedeu à modernidade ao ampliar seus cursos, sem se ater apenas ao campo das ciências agrárias e áreas correlacionadas. O município passou a atrair mais habitantes e com isso mais demandas de infraestrutura urbana interferindo no desenvolvimento de Seropédica e fomentando novos olhares a partir da Rural para o entorno urbano e periurbano que a cerca. O caráter e a produção rural, que definiram a

<sup>3</sup> Lei 12711/2012 - Lei de Cotas para o Ensino Superior designou 50% de reserva de vagas nas universidades e institutos federais para estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou deficientes. Na UFRRJ, este percentual foi aplicado já no ano seguinte à promulgação da lei.

tônica da região até os anos 2000, se transformam com estímulo à produção de alojamentos (quitinetes) precários e produzidos por autoconstrução nos lotes urbanos para atender à crescente demanda.

Recentemente, a Rural passou a reconhecer sua importância para o desenvolvimento local e regional. Em seu plano estratégico mais recente, para os anos de 2018 a 2022, a gestão universitária informa que a UFRRJ atua em diversas escalas com ênfase no interior do Estado do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. Nesse contexto, é apresentada a amplitude da vocação universitária abrangendo ensino, pesquisa e extensão visando atender demandas sociais para o desenvolvimento do país (UFRRJ, 2017).

Certamente, as atividades de extensão caracterizam-se como uma das possibilidades de contribuição para o desenvolvimento da sociedade ampliando o acesso ao conhecimento e oferecendo benefícios à sociedade como um todo. A extensão universitária fortalece a integração entre a universidade e a comunidade em defesa da socialização do conhecimento exercendo seu papel como instituição pública.

O Catálogo Institucional de 2021 da Universidade traz, sobre o ano de 2019, 173 cursos de extensão, 19 programas, 88 projetos e 123 eventos. Todo esforço no sentido de promover melhoria na qualidade de vida dos habitantes de Seropédica e da região circunvizinha. No entanto, diante da influência que a Rural exerce sobre o desenvolvimento urbano do município, acreditamos que uma relação mais estreita entre os dois territórios, no sentido de desenvolverem em conjunto propostas de planejamento urbano para Seropédica e de planejamento dos espaços da UFRRJ, pode gerar resultados positivos para os habitantes e comunidade universitária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As mudanças no âmbito da educação pública superior promovidas em anos recentes demonstram o surgimento de um novo caráter de universidade. Esse pode ser considerado um avanço do papel da universidade pública em relação à sociedade, não mais como uma “ilha do saber”, mas como instituição enraizada no território, responsável pela promoção de pontes e interações que favoreçam o desenvolvimento territorial.

Neste artigo, partimos do pressuposto de que a universidade reconhece o seu papel, porém, do ponto de vista das ações em direção ao planejamento territorial voltado para os benefícios socioambientais do seu entorno, ainda está muito distante de lograr êxito. Para prosseguir nos avanços da integração sócio-espacial, identificamos alguns desafios:

1) A Rural ainda não conseguiu implementar o seu Plano Diretor Participativo<sup>4</sup>. Esse seria um método de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de um campus sustentável e integrado com a cidade

---

<sup>4</sup> A UFRRJ iniciou um processo de elaboração do Plano Diretor Participativo com a realização de diagnósticos do campus Seropédica no ano de 2012, porém o plano ainda não foi consolidado.

cumprindo assim seu papel social que vai além do tripé ensino, pesquisa e extensão.

2) No que tange às intervenções no espaço, as universidades públicas estão em constante processo de expansão física e adaptação. O processo demanda planejamento, projetos e investimentos em infraestrutura. Diante da inconstância encontrada nos investimentos originários do governo para a educação pública, a gestão do território se torna mais dificultosa. Essa dificuldade, somada a interesses políticos, impossibilita o planejamento a médio e longo prazos e a articulação entre os diversos projetos edilícios, urbanísticos e paisagísticos. Adicionalmente, projetos de curto prazo são iniciados e não terminam.

3) Como em qualquer território onde se tem divergência de interesses, força política, e ainda um Estado atuando predominantemente, como o caso da UFRRJ, uma autarquia federal, o conflito de interesses é refletido no ambiente construído, nos espaços públicos e na relação com a cidade. Não existe na Rural uma unanimidade com relação aos usos dos espaços livres e construídos, nem se espera por isso. O que almejamos é identificar a diversidade de olhares vislumbrando um caminho futuro em direção a alguma convergência de ideias para o bem comum. A situação se torna mais complexa ao propor-se que as decisões sejam em conjunto com a gestão municipal, e mais importante, com a população seropedicense atuando como protagonista.

No sentido de buscar proposições que possam auxiliar no planejamento do território da Rural e nos projetos de extensão com esse viés participativo e inclusivo, integrando a comunidade externa, esta pesquisa prossegue no sentido de obter as percepções e apropriações dos diversos grupos sociais envolvidos na trama territorial cidade e universidade através de suas leituras dos territórios em suas dinâmicas (relações, representações e conflitos) no âmbito do planejamento urbano.

## REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Denise de. Conflitos socioambientais e o periurbano na baixada de Sepetiba: nós nas redes, redes sem nós. **Recôncavo - Revista de História da Uniabeu**. Duque de Caxias: A. Marques. e Uniabeu, 2016.

ALCANTARA, Denise de. Estratégias e processos participativos para o desenvolvimento local e regional na Baixada de Sepetiba, RJ. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 22, n. 47, pp. 147-171, jan/abr 2020.

ALCANTARA, Denise de; SCHUELER, Adriana. Gestão das Águas e Sustentabilidade: desafios globais e respostas locais a partir do caso de Seropédica, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 109-126, 2015.

ANDRADE, Carlos Roberto M. de; PAVESI, Alessandra. O Planejamento de campi Universitários como Prática Participativa e Educativa. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Vol. 14, N. 1, p. 187-196. 2012. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2012v14n1p187>.

ARAUJO, Regina Celia Lopes. **A universidade no contexto urbano : as representações presentes na relação socioespacial entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a cidade de Seropédica**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. p. 318. 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 12 jun. 2021.

BUFFA, Ester ; PINTO, Gelson de Almeida. **O território da universidade brasileira: o modelo de câmpus**. Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 67, p. 809-831, 2016.

CALDERARI, Elaine Saraiva; FELIPE, Joel Pereira. (orgs.) **Novos Campi universitários brasileiros: processos e impactos**. 1.ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2021.

CAPDEVILLE, Guy. O Ensino Superior Agrícola no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, vol.72, n.172, pp. 229-261, set./dez. 1991.

CASQUEIRO, Mayara Lima; IRFFI, Guilherme; SILVA, Cristiano da Costa da. A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba , v. 25, n. 1, pp. 155-177, Abr. 2020. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772020000100155&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772020000100155&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03 Jan. 2021.

CAVALLAZZI, R.; FAUTH, G. Cidade standard e vulnerabilidades em processos de precarização: Blindagens ao direito à cidade. In III ENANPARQ. São Paulo, 2014.

CHIARELLO, Ilze Salete. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE. **Revista Extensão em Foco**. Vol.3, N.1, pp. 240-257, 2015.

COSTA, O.B., SILVA, C.V.J. e SOUZA, A.H.N. Uso do solo e fragmentação da paisagem no município de Seropédica – RJ. Anais XVI SBSR, Foz do Iguaçu, PR: INPE, 2013.

FAGUNDES, Gustavo. **O que é o rural na cidade da Universidade Rural? Um estudo sobre ruralidades em Seropédica**. 155f. (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). PPGDT/UFRRJ, Seropédica, RJ. 2017.

FAVARETO, A. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 35, n. 35, pp. 1137-1163, out.-dez. 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, n. 28, p. 17-36, Editora UFPR, Curitiba, 2006.

FERRARA, Lucrecia d'Alessio. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

GOEBEL, Márcio Alberto; MIURA, Márcio Nakayama. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de toledo-pr. **Revista Expectativa**, [S.l.], v. 3, n. 1, jan. 2000. ISSN 1982-3029. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/743/628>>.

Acesso em: 23 maio 2021.

GOES, H. A. **A Baixada de Sepetiba**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. 388 p.

GONÇALVES, João Bahia. As terras da UFRRJ: uma questão fundiária a ser enfrentada pelo PDP. **Rural Semanal** - Informativo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Ano XIX, p. 2, jun. 2012.

GUERRA, Maria Eliza Alves. Integração urbana de campus universitário: um desafio para o planejamento e desenho urbano. In: **III ENANPARQ - arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**, 2014, São Paulo/SP. Caderno de resumos III ENANPARQ. São Paulo/SP: MACKENZIE & PUC Campinas, 2014. p. 247-247.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: Ago. 2021.

IETS – INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE. Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Relatório Final. Julho, 2016. Disponível em: <https://www.iets.org.br/spip.php?article214>. Acesso em: 03 Out. 2021

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006a.

MACIEL, Carlos Alberto. **Em processo: construindo a Universidade hoje**. In: Territórios da Universidade: permanências e transformações. Carlos Alberto Maciel e Maria Lúcia Malard (organizadores). Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

MAGNOLI, Miranda. **Espaço Livre – Objeto de Trabalho**. In: Paisagem Ambiente: ensaios - n. 21 - São Paulo - p. 175 - 198 – 2006.

MIGUEL, Lailane Lima. **A Interiorização do Ensino Público Superior: O Caso do Instituto Multidisciplinar, Campus Nova Iguaçu, UFRRJ**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 07, Vol. 05, pp. 25-37, Julho de 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ensino-publico-superior#Introducao>. Acesso em: 12-jun-2021

MOTTA, A. C. S.; LIMA, C. D. A.; CUNHA, T. C. D. C. **Campus universitário e espaço urbano: integração socioespacial em metrópole e cidades médias no sul do Brasil**. In: Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo.

"X Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Córdoba, Junio 2018". Barcelona: DUOT, 2018.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Estudos Avançados**. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 83-100.

Oliveira, Antonio José Barbosa de. Das Ilhas à Cidade – A construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1935-1950). Rio de Janeiro: UFRJ / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Departamento de História, 2005.

OLIVEIRA, Fabricio Leal de; CARDOSO, Adauto Lucio; COSTA, Heloisa S. de M. e VAINER, Carlos Bernardo (orgs.) (2012). Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro, Letra Capital.

OLIVEIRA, Leandro Dias. Ecologia política, reestruturação territorial-productiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Espaço e Economia – Revista brasileira de geografia econômica**. Ano IX, n.19, 2020.

OLIVEIRA, Leandro Dias. Seropédica Sustentável: Transformações ecológico-econômico-espaciais recentes em um lancônico julgamento. **Recôncavo Revista de História da UNIABEU**, v. 6, nº11, 2016.

OLIVEIRA, Leandro Dias de; e ROCHA, André Santos da. "Neodesenvolvimentismo" e reestruturação produtiva. In: The overarching issues of the european space: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, pp. 126-142.

ROCHA, Andre Santos da.; OLIVEIRA, Leandro Dias de. As novas dinâmicas produtivas em curso na baixada fluminense: breves apontamentos sobre uma nova geografia da indústria. **Revista Pilares da História – Duque de Caxias Baixada Fluminense**. Ano 11, edição especial, maio 2012. PP 7-13

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes. **Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único**. Niterói: EdUFF, 1997.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra da Silva. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em Debate**, vol. 2, núm. 1, 2012, pp. 44-61.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº31, vol.1, 2009.

SILVA, Marcio Rufino. Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro: debates sobre limites, fronteiras e territórios de uma região. **Espaço e Economia**. n.19, 2020.

SILVA, Marcio Rufino; ALCANTARA, Denise de; OLIVEIRA Leandro Dias de e André Santos da Rocha. Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro: proposições,

debates, desafios. **Espaço e Economia** [Online], n. 19, 01 set. 2020, acesso 16 abr. 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/16198>

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 5ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SPOSITO, Maria E. B. **A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais**. In: CARLOS, A. F. A., SOUZA, M. L., SPOSITO, M. E. B. (orgs). 1ªEd., São Paulo: Contexto, 2020, pp. 123-145.

TÂNGARI, V.; REGO, A. e MONTEZUMA, R. (orgs.) (2012). Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação. Rio de Janeiro, Proarq-FAU-UFRJ.

\_\_\_\_\_ (2013). O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: debates e reflexões. Rio de Janeiro, PROARQ-FAU-UFRJ (CD-ROM).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). **Catálogo Institucional 2021**. Coordenadoria de Comunicação Social da UFRRJ. 2021. Disponível em: <<https://portal.ufrj.br/ufrj-lanca-publicacao-bilingue-com-dados-institucionais/>> Acesso em: 03 Maio 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). **Relatório de Gestão 2020**. Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional. 2021. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>. Acesso em: 06 Ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2022**. Dez. 2017. Disponível em: <<http://institucional.ufrj.br/pdi/documentos-dos-pdis/>>. Acesso em: 13 Fev. 2019.

VAINER, C. B. . As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. Cadernos IPPUR/UFRJ, Ano XVI, N.1, Jan-Jul, 2002, pp. 13-32.

VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 5, p. 5-19, Set. 2002.

VILLELA, L. E.; GUEDES, C. A. M.; SANTANA, J. S.; DE BRITTO, E. B. R. Crescimento Econômico versus Gestão Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável - Análise dos Impactos de Megaempreendimentos nos Municípios de Macaé-RJ e de Itaguaí-RJ. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 10, n. 21, p. 119–145, 2012. DOI: 10.21527/2237-6453.2012.21.119-145. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/articloe/view/347>. Acesso em: 1 out. 2021.